D.R. DO AMBIENTE
Despacho n.º 1461/2012 de 22 de Outubro de 2012

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 110.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental, e no uso da delegação de competências dada pelo Despacho n.º 1168/2011, de 11 de novembro, determino a aprovação da Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada ao cumprimento de medidas nela contidas, em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante, relativa ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental concernente ao projeto “ Pedreira do Pico da Cova II”, em fase de projeto de execução.

O presente despacho produz efeitos à data de assinatura da Declaração de Impacte Ambiental.

11 de outubro de 2012. - O Diretor Regional do Ambiente, *João Carlos Lemos Bettencourt*.

Declaração de impacte ambiental

(DIA)

Identificação

Designação do Projeto: Pedreira Pico da Cova II

Tipologia de Projeto: Indústria Extrativa - alínea a) do número 6 do Anexo II, DLR n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Fase em que se encontra o Projeto: Projeto de Execução

Localização: Freguesia de Santa Bárbara, Concelho de Ribeira Grande – Ilha de São Miguel - Região Autónoma dos Açores

Proponente: Somague Ediçor – Engenharia, S.A.

Entidade licenciadora: Direção Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade

Autoridade Ambiental: Direção Regional do Ambiente – Açores

Data: 2012-10-11

Decisão da DIA: Favorável Condicionada ao cumprimento das medidas constantes na presente DIA

Condicionantes da DIA:

1. Adoção das medidas de minimização no EIA, com as alterações e adições indicadas na presente DIA;
2. À implementação dos programas de monitorização previstos na presente DIA;
3. Verificação da adequação da manutenção das medidas de minimização e dos programas de monitorização cuja apreciação deve ser efetuada pela Autoridade de AIA nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA);

4. Nos termos do artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º30/2010/A, de 15 de novembro, a presente DIA caduca se, decorridos dois anos a partir da presente data, não tiver sido iniciado o projeto avaliado, excetuando-se os casos previstos no n.º3 do mesmo artigo.

5. A emissão da presente DIA condicionalmente favorável não dispensa a necessidade de emissão de qualquer outra licença, autorização e declaração a que o empreendimento esteja sujeito perante a legislação aplicável, mesmo que não mencionada no presente documento.

Medidas de Minimização:

1. A implementação do arranjo paisagístico deve arrancar logo após o licenciamento da pedreira. Os estêreis produzidos devem ser utilizados nos aterros.

2. Manter as condições dos taludes estáveis. Quando instáveis deve atuar-se na redução do declive e ou altura dos patamares de desmonte, com cuidados especiais aquando de sismos de elevada magnitude e ou intensa pluviosidade.

3. Deverá ser preenchida uma ficha de aterros, indicando a proveniência dos inertes, características e volumetria dos mesmos (conforme definido pelo Plano de Pedreira).

4. As máquinas serão alvo de manutenção fora da zona da pedreira em locais específicos para esse fim. Na transferência de combustíveis serão tomados os cuidados devidos para evitar fugas e conseqüente derrame.

5. Durante a fase de exploração, deverá ser criado um sistema de drenagem superficial, por forma a evitar o arrastamento de carga sólida para o exterior da área do projeto.

6. Aspersão com água dos caminhos com piso térreo, através da deslocação de um veículo equipado com tanque de água à exploração.

7. Utilização de máscaras e equipamento adequado por parte dos trabalhadores.

8. Os veículos de transporte devem-no fazer com uma cobertura adequada.

9. Proceder a inspeções periódicas das viaturas, no que diz respeito aos gases e ruído emitido.

10. Sensibilizar os trabalhadores para não produzirem muito ruído, evitando acelerações desnecessárias bem com desligar os equipamentos quando não estiverem a ser utilizados.

11. Promover a remoção de espécies exóticas e invasoras nos estádios iniciais do crescimento, bem como controlar o desenvolvimento das espécies a semear e plantar.

12. Replantação dos exemplares de Erica azorica, na época de repouso vegetativo.

13. Tarefas de desmatagem/remoção do solo antes do processo de desmonte, como forma de reduzir contraste de cor (vegetação versus solo desnudado).

14. Em fase de desmonte manter e promover, nas zonas de defesa, as cortinas de vegetação arbustiva e arbórea.

15. Manutenção dos acessos à área do projeto em boas condições de transitabilidade, com a utilização de materiais que permitam um enquadramento harmonioso com o meio envolvente, mesmo nos locais sujeitos a maiores movimentações de veículos.

16. Implementação de uma adequada gestão e manuseamento dos resíduos e outros produtos potencialmente poluentes associados ao projeto, nomeadamente, óleos, combustíveis e resíduos sólidos, através da sua recolha, separação e condução para destino final adequado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de situações acidentais (ex: derrames). Em caso de

derrame, o acidente deverá ser comunicado à Autoridade Ambiental através de um relatório com a caracterização, os procedimentos e medidas minimizadoras adotadas.

17. Caso seja encontrado algo de valor geológico e histórico relevante (e.g. grutas e algares), deverão ser contactadas as entidades competentes na matéria, de forma a evitar a perda irreversível do mesmo.

18. As manobras de operação dos equipamentos de transporte da massa mineral extraída devem ser feitas com particular atenção, quer dentro da área de exploração quer no seu exterior, para evitar colocar em perigo pessoas e bens.

19. Com vista a dissuadir e avisar terceiros, os limites da área licenciada devem estar devidamente sinalizados e, sempre que possível, vedada a área circunscrita à pedreira, que deve ser protegida por vedação de características adequadas às condições próprias do lugar desde que não obstaculize os trabalhos de exploração.

Programas de monitorização

1. Geologia e Geomorfologia

Monitorização da estabilidade de taludes, com uma periodicidade semestral, sempre que se verifiquem evidências de ruturas superficiais no solo após atividade sísmica.

2. Recursos Hídricos

Avaliações periódicas em função do regime pluviométrico, por forma a manter a integridade da drenagem e valas (posição, dimensão e estado de conservação).

3. Ambiente Sonoro

Monitorização através da análise do ruído (medições), caso existam reclamações.

Todos os programas de monitorização definidos, deverão ser entregues à Autoridade Ambiental.

Entidade de verificação da DIA: A Autoridade Ambiental nos Açores e a Inspeção Regional do Ambiente

Assinatura: Por delegação de S. Exa. o Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Despacho n.º 1168/2011, de 11 de novembro) O Diretor Regional do Ambiente

Anexo

Resumo do conteúdo do procedimento:

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto da “Pedreira do Pico da Cova II” ao abrigo do Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA) iniciou-se no dia 8 de maio de 2012 na Direção Regional do Ambiente, Autoridade Ambiental, após receção do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e do Projeto remetido pela Entidade Licenciadora.

A Comissão de Avaliação (CA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) emitiu o seu parecer a 1 de junho de 2012, onde solicitou mais elementos.

A 22 de junho de 2012 a Autoridade de AIA recebeu os novos elementos e a CA após a sua verificação emitiu a Declaração de Conformidade do EIA a 3 de julho de 2012.

A Consulta Pública decorreu ao longo de 20 dias, iniciada a 17 de julho e termo a 3 de agosto de 2012 inclusive, não tendo havido qualquer participações da parte público e nem sido solicitados pareceres externos.

Terminada a Consulta Pública, foi elaborado o parecer final da CA cujas conclusões finais viabilizam o pretendido, condicionado à adoção das medidas de minimização no EIA, com as alterações e adições indicadas no parecer; implementação dos programas de monitorização previstos no EIA. Verificação da adequação da manutenção das medidas de minimização e dos programas de monitorização cuja apreciação deve ser efetuada pela Autoridade de AILA nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º30/2010/A, de 15 de novembro.

Em Outubro de 2012 é emitida a presente DIA favoravelmente condicionada, com base no parecer da CA.

Resumo do Resultado da Consulta Pública: Não houve qualquer intervenção do público.

Razões de facto e de direito que justificam a decisão: A presente DIA resulta das conclusões e medidas constantes no EIA e nos pareceres da CA.

Síntese de Pareceres exteriores: Não houve pareceres externos.